



EDITORIAL

Com satisfação anunciamos a edição de número 76, da *Revista Histedbr on-line*, na qual inauguramos a seção debates, cuja criação tem como objetivo mantermos um diálogo permanente com a comunidade acadêmica da área de Educação do Brasil e internacional, com vistas à realização de debates sobre temas da atualidade e a promoção de reflexões a respeito dos pressupostos que constituem essa área.

Nesse sentido, avaliamos que a seção debates nesse primeiro momento teria como demanda estimular o debate sobre política educacional brasileira, a partir das propostas de governo dos partidos progressistas participantes das eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

Isto porque, mesmo com todos os limites das eleições no Brasil, em especial em um contexto “Pós-Golpe de 2016”, sustentamos que o momento é oportuno e se faz necessário que as forças progressistas coloquem suas ideias em debate, bem como apresentem propostas para o enfrentamento da profunda crise em que os “governantes de plantão” colocaram nosso País, em particular no que se refere à Educação/Formação das futuras gerações de brasileiros(as).

Nos últimos editoriais temos denunciando uma série de alterações que vem sendo realizadas na Constituição Federal visando à supressão de direitos dos(as) brasileiros(as), como a PEC 55, que instituiu um “novo regime fiscal”, com efeito o contingenciamento dos gastos das políticas sociais por 20 anos, bem como a Reforma Trabalhista, cujo efeito é a intensificação na exploração do trabalho, inclusive docente.

Mais precisamente na Educação, temos vistos uma série de mudanças que aprofundam a retirada de recursos destinados às Escolas e às Universidades brasileiras que sofrem com o subfinanciamento, além das reformas mais específicas que seguindo a lógica do “governo ilegítimo” são apresentadas e encaminhadas de modo autoritário e de maneira pouca afeita aos debates mais amplos com toda a população brasileira, haja vista, os exemplos da Reforma do Ensino Médio, da elaboração da Base Nacional Comum Curricular e da apresentação da proposta de Política Nacional de Educação Especial que simulam um debate democrático, mas a rigor, seguem disciplinadamente os interesses empresariais.

Enfim, com essa perspectiva inauguramos a seção debates com um artigo do professor Dermeval Saviani (Professor Emérito da Unicamp e Pesquisador Emérito do CNPq), no qual aborda a política educacional brasileira no período pós ditadura militar, com foco nas



iniciativas dos governos de Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma, concluindo com uma referência ao atual governo Temer decorrente do golpe que destituiu a Presidenta reeleita.

Além desse destaque, na publicação deste número da *Revista Histedbr on-line* damos sequência ao nosso compromisso de socialização do conhecimento e do pensamento crítico publicando uma variedade de temáticas, períodos históricos da educação brasileira e de autores(as) vinculados(as) às diversas instituições escolares de ensino básico, profissional e superior nacionais e internacionais, conforme a lista, a seguir: Universidade de Fribourg – Suíça, UNICAMP, UNIFAL, UEFS, UEM, UFT, UNESPAR, UENP, PUC/PR, IFPR, UEPG, UFBA, UnB, UFPA, UFRA, Secretaria Estadual de Educação do Pará, UNESP/Mar.

Iniciamos a seção de artigos com o texto de Pierre-Philippe Bugnard com o título “Um MOOC no século XVIII! Um lugar real como plano de estudos para ensinar onde o professor não está presente”, no qual o autor compara os *MOOCs* (*Massive Open Online Courses*) que estão expandindo pelo mundo aos planos de estudos (*Rationes studiorum*), os quais funcionavam como dispositivos “abertos” e “massivos” de ensino e prescrições dos valores modernos da instituição monárquica.

Wilson da Silva Prado e Paulo Romualdo Hernandez, em “Os exercícios espirituais e a formação do jesuíta no século XVI”, analisam a obra *Exercícios Espirituais* que corresponde ao primeiro instrumento para a formação dos jesuítas e o primeiro formulado por Inácio de Loyola, com o qual arregimentou os primeiros membros nas terras colonizadas pela Coroa Portuguesa.

Com o título “Escolas noturnas para adultos trabalhadores – Bahia -1871-1889”, Ione Celeste de Sousa problematiza sob a vertente teórico-metodológica da História Social da Educação com abordagem micro histórica dos sujeitos, as escolas noturnas para adultos trabalhadores na província da Bahia.

Sara Talitiane de Lima, Maria Cristina Gomes Machado e Mario Borges Netto em “Imprensa especializada em educação: em destaque os periódicos a Instrução Pública” investigam o referido periódico, que foi criado por José Carlos Alambary Luz e publicado entre 1872 e 1875, no Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar os problemas da instrução pública brasileira e propor soluções para a sua organização.

Com o título “A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento” Claudia Maria Petchak Zanlorenzi apresenta um balanço das dissertações e teses, entre 1970 e 2011, que recorreram à imprensa, especificamente aos periódicos educacionais, no período de consolidação dos ideais republicanos na sociedade brasileira.

Flávio Massami Martins Ruckstadter em “Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971)” analisa de modo contextualizado a criação de grupos escolares no Norte



Pioneiro do Paraná entre os anos de 1910 e 1971. A partir da documentação disponível no Arquivo Público e nos Núcleos Regionais de Educação do Estado do Paraná foi produzido um guia de grupos escolares existentes no período e das fontes disponíveis para seu estudo histórico.

Roseli Klein e Márcia Stentzler no artigo “Arquivos escolares: uma caixa de surpresas com as especificidades e características de uma instituição educativa” apresentam os documentos catalogados e algumas transcrições dos originais de instituições escolares da região denominada Vale do Iguaçu, contemplando os municípios de União da Vitória (PR) no sul do Estado do Paraná e de Porto União (SC) no planalto norte catarinense.

Com o título “O arquivo pessoal da professora Pórcia Guimarães Alves (1917-2005): um suporte para a escrita de si”, Alboni Marisa Pianovski Vieira e Alexandra Ribeiro recorrem ao arcabouço teórico-metodológico de Gomes (2004) e Artières (1998) para analisar a escrita de si expressa no arquivo pessoal da professora Pórcia Guimarães Alves, que se incumbiu de constituir um vasto arquivo com documentos oriundos dos espaços públicos que frequentou e outros produzidos em seu ambiente privado.

Carla Michele Ramos Torres e Maria Isabel Moura Nascimento no artigo “Os impressos estudantis e a história da educação” procuram demonstrar como a história da educação brasileira foi abordada nas produções acadêmicas *stricto sensu* dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, cuja fonte primária ou objeto de investigação foi a imprensa estudantil.

Com o título “A experiência da promoção automática no Grupo Escolar Xavier da Silva”, o artigo de Maria Elisabeth Blanck Miguel, fundamentando-se em Thompson (1981), Bloch (2001), Farge (2009) e Mainardes (1998; 2009), analisa um relatório de experiência de promoção automática vivida no Grupo Escolar Xavier da Silva que foi realizada no período de 1965 a 1969.

Luiz Antonio de Oliveira, Cibele Mayara da Silva e Suelen Pereira Bueno em “Fontes para história da educação no Município de Curiúva – PR: contribuições para a historiografia das escolas rurais no Norte Pioneiro do Paraná” tomam como referencial teórico os autores Halbwegs (2006); Marx e Engels (1999); Bittar e Ferreira Júnior (2009) para organizar, sistematizar e analisar os arquivos encontrados na Secretaria Municipal de Educação do município de Curiúva, Estado do Paraná, bem como os depoimentos de professores, ex-professores e estudantes. Segundo os(as) autores(as) os dados apresentados neste artigo evidenciam a importância da reconstrução histórica, num contexto de identificação das influências sobre a educação dos costumes e dos movimentos da dinâmica da sociedade global e local curiuvense, como parte no projeto formador republicano.



Os três últimos artigos desse número da *Revista Histedbr on-line* abordam as políticas educacionais no Brasil sob a perspectiva do materialismo histórico dialético. Assim, abre esse bloco o artigo de Rodrigo da Silva Pereira e Maria Abádia da Silva com o título “Estado capitalista brasileiro e organismos internacionais: continuidades e aprofundamentos das reformas educacionais”. O artigo em tela analisa as relações hierárquicas entre os Organismos Internacionais e o Estado brasileiro dentro da ordem jurídico-constitucional e suas implicações na Educação. O autor e a autora chamam a atenção para a necessidade da resistência organizada dos movimentos sociais e populares no sentido de alterar a correlação de forças entre capital e trabalho a favor deste.

Marisa Noda em “Políticas públicas de educação no ensino básico do Estado do Paraná: da dívida social à formação para o mercado (1980-2000)” analisa o modo como diferentes governos do Estado do Paraná, ainda que com programas políticos divergentes, elaboraram e implantaram políticas públicas para a educação do ensino básico fundamentados nas orientações de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Segundo a autora, desde fins da década de 1980 as políticas educacionais levadas por distintos governantes se apropriaram do suporte econômico e ideológico sugeridos pelo neoliberalismo.

O último artigo é de autoria de Riane Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Ronaldo Lima Araujo, Crisolita Santos Costa e Ana Maria Raiol da Costa com o título “Privação de escolaridade: a situação do jovem em conflito com a lei”, os (as) autores(as) analisam como se dá o processo de escolarização na socioeducação, ou seja, como o direito à educação formal escolar é previsto nas legislações e como ela vem se concretizando no período em que o adolescente ou o jovem que cometeu ato infracional está sob a tutela do Estado. Segundo os(as) autores(as) muito embora o Brasil possua um conjunto de normas e legislações para o atendimento do jovem cumpridor de medidas socioeducativas, esse modelo atual de ressocialização tem pouca efetividade para a reinserção do jovem após o período de internação do cumprimento de medida socioeducativa.

Além dos artigos, uma resenha de autoria de Cláudio Rodrigues da Silva com o título “Autogestão popular e autoeducação: a experiência de Oaxaca – México (2006)” revisa o livro de Marco Estrada Saavedra denominado “El Pueblo ensaya la revolución: La APPO y el sistema de dominación oaxaqueño”, o qual, aborda diferentes aspectos relacionados à *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO) – também conhecida como Comuna de Oaxaca – México.

Em tempo, gostaríamos de fazer alusão aos “200 anos de Nascimento de Karl Marx (1818-1883)”, pois em que pese ser de conhecimento de grande parte dos nossos leitores, nunca é



demais lembrar a importância das obras desse grande pensador e militante político para compreensão e enfrentamento sistemático ao modo de produção do Capital.

Oportunamente, agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UNOPAR/Jacarezinho) na organização deste número da Revista, bem como aos nossos colegas pareceristas “*ad hoc*” pela contribuição fundamental na publicação de mais um número da *Histedbr on-line*.

Por fim, com a presente publicação, reiteramos nosso compromisso com a socialização de análises histórico-críticas, dando ampla visibilidade às diferentes temáticas e abordagens provenientes dos estudos e pesquisas na área da educação, expressão das contradições que marcam nossa realidade histórica contrapondo-nos, assim, a qualquer discurso e prática de censura e silenciamento do contraditório.

Boa leitura!

Editores(as) da *Revista Histedbr on-line*.

Régis Silva, Luciana Coutinho, Fabiana Rodrigues e Mara Jacomeli.